

Promessa de todos governos

Roberto Fecury

As promessas de sucessivos governos de reversão da tendência estatista se perdem no tempo, mas não o bastante para sepultar, na consciência nacional, a esperança de uma nova era em que a iniciativa privada seja aquinhoadada com a prioridade política que ela tem capacidade de devolver, ao Estado, em forma de desenvolvimento. Na prática, todos os presidentes que chegaram ao Planalto prometendo tratamento preferencial à livre iniciativa passaram a seus sucessores, junto com a faixa presidencial, um setor estatal ainda mais abrangente.

A partir de 1964, o crescimento do gigante estatal na economia variou de governo para governo. Castello Branco estatizou os setores de eletricidade e comunicações. Julgava-se, na época, que a expansão estatal ficaria por aí. No entanto, só dez anos depois ela atingiria seu pico, quando a Petrobrás acumularia uma capacidade instalada para o refino de 1 milhão de barris, quando só na semana passada a produção nacional atingiria a metade desse total.

Para ficar no setor energético, já em 1967, com a guerra dos sete dias, terminava a

segurança internacional no preço de US\$ 2 por barril de petróleo. Delineava-se, portanto, a necessidade de investimento em pesquisa e produção. Mas as verbas foram canalizadas para a petroquímica e para a distribuição, setores para os quais havia disponibilidade de investimentos privados. Quanto a ser o capital nacional ou multinacional, terminou sendo a questão principal. A opção foi a poupança externa e o país livrou-se do capital estrangeiro para cair na dívida externa, via aplicações estatais.

Nesse apogeu estatal, o governo aconselhou as empresas privadas a investirem em equipamento telefônico e deixou que falissem. Era o estado em sua briga eterna contra as empresas estrangeiras. No fogo cerrado tombavam as pequenas e médias empresas de capital genuinamente nacional produtores de componentes e periféricos via transferência de tecnologia.

Só a República de Taiwan, conhecida por China Nacionalista, que se resume a uma ilha, exporta, anualmente, US\$ 5 bilhões a mais que o Brasil. Lá não existem empresas estatais. Também não há uma separação conceitual entre capital nacional ou estrangeiro. Nem promessas.